



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1308/07	DATA: 23/8/2007
INÍCIO: 9h46min	TÉRMINO: 11h06min	DURAÇÃO: 1h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h20min	PÁGINAS: 24	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Instalação da Comissão e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ayrton Xerez) - Senhores, muito bom-dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente desta Casa, nos termos regimentais, para eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, compete-me assumir a Presidência dos trabalhos, e declaro instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais. *(Pausa.)*

Esclareço aos nobres Pares que esta Comissão é composta de 24 membros titulares e igual número de suplentes, em conformidade com o ato da Presidência, que foi previamente distribuído aos Srs. Deputados presentes.

O *quorum* exigido para eleição dos membros da Mesa desta Comissão é de 13 Deputados, maioria absoluta.

Peço a compreensão dos Srs. Deputados no sentido de que permaneçam no recinto até o término desta reunião.

Antes de dar início ao processo de votação, quero esclarecer ainda a V.Exas. que, por acordo de Lideranças partidárias, encontram-se na cabine de votação cédulas com a seguinte chapa, resultante de acordo: para Presidente, Deputado Neucimar Fraga, do PR do Espírito Santo; para 1º Vice-Presidente, Deputado Bruno Rodrigues, do PSDB de Pernambuco; para 2º Vice-Presidente, Deputada Maria Lúcia Cardoso, do PMDB de Minas Gerais. Ainda não há acordo para a escolha do 3º Vice-Presidente.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ayrton Xerez) - Não há bem acordo. Há um desacordo. Então, peço que V.Exas. aguardem até que a Secretaria desta Comissão possa operar os nomes das autoridades indicadas.

(Pausa prolongada.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ayrton Xerez) - Senhores, retomando, então, os trabalhos, eu vou declinar os nomes daqueles Deputados indicados por acordo das Lideranças: o Presidente será o Deputado Neucimar Fraga; o 1º Vice-Presidente, o Deputado Bruno Rodrigues; a 2ª Vice-Presidenta, a Deputada Maria Lúcia Cardoso; e o 3º Vice-Presidente indicado é o Deputado Luiz Carlos Busato, do PTB do Rio Grande do Sul.

Há ainda cédulas em branco para Presidente e Vice-Presidentes, para o caso de escolha não recair sobre os nomes indicados.

À medida que forem sendo chamados, os Srs. Deputados, após assinarem a folha de votação e de posse desta sobrecarta, deverão se dirigir à cabine e selecionar a cédula, colocando-a no envelope, o qual deverá ser depositado na urna.

Convido o Deputado Jorginho Maluly para auxiliar a Presidência durante o processo de votação. *(Pausa.)*

Vamos fazer a leitura dos nomes dos Srs. Deputados.

Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB:

Deputado Afonso Hamm, do PP do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

Deputada Cida Diogo, do PT do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Deputada Maria do Carmo Lara, do PT de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão. *(Pausa.)*

Deputado Iriny Lopes. *(Pausa.)*

Deputado José Linhares. *(Pausa.)*

Deputada Jusmari Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Carlos Busato. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Itagiba, do PMDB do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Deputada Maria Lúcia Cardoso, nossa Vice-Presidenta. *(Pausa.)*

Deputado Neucimar Fraga. *(Pausa.)*

Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Deputado Lincoln Portela. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Eugênio. *(Pausa.)*



Bloco PSDB/DEM/PPS:

Deputado Bruno Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Sampaio. *(Pausa.)*

Deputado Jorginho Maluly. *(Pausa.)*

Peço ao Deputado Neucimar Fraga... Aliás, S.Exa. está envolvido na votação.

Peço ao Deputado Raul Jungmann, por gentileza, para nos ajudar na votação.

Deputado Paulo Abi-Ackel. *(Pausa.)*

Deputado Pinto Itamaraty. *(Pausa.)*

Deputado Raul Jungmann. *(Pausa.)*

Deputado Alexandre Silveira, do PPS de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Deputado Renato Amary. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado William Woo. *(Pausa.)*

Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN:

Deputado Abelardo Camarinha, do PSB de São Paulo. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Tenório, do PMN de Alagoas. *(Pausa.)*

Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

PV:

Deputado Dr. Talmir.

Deputado Dr. Talmir, por gentileza, assine e pegue a sobrecarta. Por gentileza, ali, Dr. Talmir.

Deputado Fernando Gabeira. *(Pausa.)*

Deputado Felipe Bornier, do PHS do Rio de Janeiro.

Deputado Iriny Lopes. *(Pausa.)*

Deputado William Woo. *(Pausa.)*

(Pausa.)

Peço à assessoria da Comissão que faça um contato telefônico com os Deputados ainda ausentes para podermos complementar o processo de eleição.

(Pausa.)

Sras. e Srs. Deputados, o *quorum* exigido para eleição dos membros da Mesa desta Comissão é de 13 Deputados, maioria absoluta. Votaram 19 Sras. e Srs. Deputados. Então nós já atingimos o *quorum*, e vou determinar a abertura da urna e



vou solicitar ao Deputado Raul Jungmann que nos auxilie na contagem e apuração dos votos.

(Processo de apuração.)

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Sr. Presidente, temos 19 votos, para 19 votantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ayrton Xerez) - Então informo ao Plenário que o número de sobrecartas coincide com o número de votantes: 19 Srs. Deputados votaram. Vou pedir ao Deputado Jungmann que proceda... Já foi procedida a contagem dos votos.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ayrton Xerez) - Todos os votos na chapa que foi indicada pelo acordo de Lideranças.

Então está encerrada a apuração...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Houve uma única exceção, Presidente, por favor, me desculpe. Temos 18 votos a favor da chapa. É o que nós encontramos aqui. Deixe só eu fazer uma revisão. Ele escreveu aqui. Ou seja, onde existia uma pequena vaga foram colocados todos os votos para o acordo. Portanto, efetivamente, perfazem 18 votos, e 1 voto para Presidente, Neucimar Fraga, para Primeira Vice, Deputado Bruno Rodrigues, e para Segundo Vice... Na verdade, repete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ayrton Xerez) - Apenas não votando o Terceiro Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - É o Terceiro Vice-Presidente, que teve um voto a menos. Portanto, o resultado seria 19 votos para a Primeira, a Segunda... Aliás, é bom ler: com 19 votos, Presidente Neucimar Fraga; Primeiro Vice, 19 votos, Bruno Rodrigues; para Segunda Vice, a Deputada Maria Lúcia Cardoso, com 19 votos; para Terceiro Vice, Deputado Luiz Carlos Busato, com 18 votos.

Esse é o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ayrton Xerez) - Muito bem. Está encerrada a apuração, e eu vou proclamar o resultado, já do conhecimento de todos: temos como Presidente o Deputado Neucimar Fraga, o Primeiro Vice o Deputado Bruno



Rodrigues, a Segunda Vice-Presidenta a Deputada Maria Lúcia Cardoso, todos com 19 votos, e o Terceiro Vice-Presidente o Deputado Luiz Carlos Busato, também eleito com 18 votos.

Agradeço ao Deputado Raul Jungmann o auxílio prestado neste processo de votação. Declaro empossados os eleitos, já nominados, e convido o Deputado Neucimar Fraga para assumir, de direito, a Presidência desta Comissão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero agradecer ao Deputado Ayrton a condução dos trabalhos. Em nome dos Parlamentares desta Comissão, queremos agradecer a colaboração a V.Exa. aqui conosco.

Queremos também agradecer a todos os colegas pelo cumprimento do acordo e dizer da satisfação de estarmos aqui participando desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi proposta pelo Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão, que, impossibilitado de estar aqui hoje, por um compromisso já assumido na cidade de Maranhão — a instalação estava marcada para ontem, instalação e eleição, tivemos um problema por falta de acordo —, ele não pôde estar aqui hoje, mas nós fizemos um acordo de que faríamos a eleição, tendo em vista que logo após a eleição nós iríamos indicar o Deputado Domingos Dutra para ser o Relator desta Comissão.

Então, conforme acordo firmado entre os partidos, nós estamos indicando e nomeando para Relator desta Comissão o Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão. Na próxima terça-feira, por sugestão do Relator, em acordo com os demais membros desta Comissão, vamos ter uma reunião de trabalho nesta Comissão. Nessa reunião de trabalho, nós vamos definir a pauta dos trabalhos desta Comissão, vamos dar o direcionamento da condução dos trabalhos, definir os temas que nós iremos trabalhar. O Relator já manifestou o desejo de criar algumas sub-relatorias nesta Comissão. Dentro desse assunto, nós temos diversos temas a serem tratados dentro do sistema carcerário, e eu acredito que todos os Parlamentares que quiserem realmente contribuir para que nós possamos fazer um bom trabalho nesta Comissão terão oportunidade de trabalhar. Nós vamos compartilhar, nesta Comissão, com os demais Parlamentares, os trabalhos desta CPI. E para que nós possamos realmente fazer um bom trabalho é necessário que



nós tenhamos esse compartilhamento e que os Parlamentares tenham espaço para poder trabalhar.

Então eu acredito que, a partir do momento em que o Relator estiver conosco na reunião, vamos definir, quem sabe, a princípio, algumas sub-relatorias, porque essas sub-relatorias vão dar vida aos trabalhos desta Comissão. Eu quero convidar para estar aqui conosco também na Mesa o Primeiro Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Bruno Rodrigues, do PSDB. Quero convidar também para estar conosco na Mesa a Segunda Vice-Presidenta, a Deputada Maria Lúcia Cardoso. Quero agradecer ao Deputado Raul Jungmann, que foi aqui o nosso escrutinador, sempre prestativo nos trabalhos das Comissões. Quero convidar também o Deputado Luiz Carlos Busato para estar conosco também aqui na Mesa. O Deputado Luiz Carlos Busato está convidado para estar conosco aqui.

Pela ordem, o Deputado Paulo Rubem Santiago, em seguida o Deputado Raul Jungmann, o Deputado Luiz Couto, em seguida o Deputado Dr. Talmir, PV. Deputado Paulo Rubem Santiago.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está liberado. Quero pedir à equipe técnica que possa liberar o som para os microfones do plenário. Quer trocar de aparelho?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, parabenizo V.Exa. pela responsabilidade que assumiu. Estendo essa congratulação aos Vice-Presidentes, nosso companheiro de Estado, Deputado Bruno Rodrigues, à Deputada Maria Lúcia, ao Terceiro Vice, que não pôde estar presente. Quero parabenizar o Deputado Domingos Dutra pela iniciativa de propor a CPI do Sistema Carcerário e dizer que será importante, nessa reunião de trabalho da próxima terça-feira, a partir das nossas experiências de outras Comissões Parlamentares de Inquérito, nós convergirmos para uma dinâmica, a fim de evitarmos aquela multiplicação de requerimentos de convocação, como em outras CPIs nós já vimos, que representam a legítima vontade de participação dos Deputados e Deputadas, mas que, muitas vezes, criam uma demanda de agenda quase que impraticável para a eficácia, para a eficiência, para o bom desempenho dos trabalhos desta CPI.



Uma questão importante que nós já estávamos tratando na Comissão de Segurança Pública, através de uma Subcomissão, é a questão da estrutura orçamentária, do financiamento e das instituições carcerárias no Brasil. Nós realizamos inclusive uma audiência pública em que pudemos analisar as primeiras auditorias dos convênios realizados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com diversos Estados da Federação. Ali nós já diagnosticamos uma série de problemas no financiamento para expansão, para reforma, para construção de novos presídios, para implantação de delegacias em diversas regiões do interior do País. E esse é um aspecto problemático, exatamente porque os Estados têm reclamado à União uma maior contrapartida do Governo Federal, através dos fundos, do Fundo Nacional Penitenciário, do Fundo Nacional de Segurança Pública. E nós vimos que nem sempre essa contrapartida é acompanhada de uma atitude correta, de uma atitude eficaz na implementação desse mecanismo de cooperação.

Então, tenho certeza de que nós vamos ter a necessidade de trabalhar esse aspecto, o acompanhamento, a análise da execução do FUPEN, do Fundo Nacional de Segurança Pública, a própria estruturação dos Estados em relação ao seu sistema administração penitenciária. E, certamente, vários Deputados poderão colaborar fazendo aqui as convocações, através dos fóruns ou dos conselhos que reúnam os Secretários Estaduais de Justiça, ou os Secretários das Administrações Penitenciárias, para que possamos traçar esse parâmetro.

Uma última questão que certamente vai estar na nossa pauta — já estiveram aqui ontem —: a situação Estado por Estado dos agentes penitenciários. Os profissionais que, em muitos Estados, estão submetidos a contratos precários, a contratações que se renovam a cada 2 anos, com grandes deficiências para o bom funcionamento dessas instituições.

Então, eu parablenzo V.Exa. e me coloco, como membro desta CPI, à disposição, porque também na Comissão de Segurança Pública temos tido várias oportunidades de trabalhar esse sistema, e creio que poderemos dar uma grande contribuição para a Justiça no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Paulo Rubem.

Concedo a palavra ao Deputado Raul Jungmann.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, eu gostaria de me congratular com a sua eleição e a dos demais e dizer que acredito que nós temos uma direção dos trabalhos na sua pessoa, do Bruno e da Deputada, mas também do Busato. Eu acredito que um time experiente, capaz e que haverá de dar a devida orientação aos trabalhos desta CPI, evidentemente contando com a figura do autor da proposta e Relator, Deputado Domingos Dutra.

Entretanto, Sr. Presidente, ao chegar aqui, fiquei surpreso com a notícia que o senhor mesmo me deu de que estamos hoje vivendo um dia negro no sistema penitenciário. Ocorreu uma revolta numa penitenciária, se eu não me engano, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ponte Nova, Zona da Mata, em Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Em Ponte Nova, Zona da Mata, onde nós teríamos tido a infelicidade de tudo isso resultar em 25 mortos, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vinte e cinco mortos.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Procede, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Procede.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, eu acredito que o primeiro passo desta CPI, diante desse fato, e aqui eu faço um requerimento oral, Sr. Presidente, de que, de imediato, esta CPI designe 1 ou 2 representantes, uma Subcomissão, para se deslocar até esta localidade, se possível contando com a sua Presidência, ou melhor, com a participação da Presidência, se lhe for possível, para tomar ciência desses fatos e relatar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É uma infelicidade que a nossa instalação coincida com um fato tão agressivo aos direitos humanos, à nossa consciência e à vida. Mas, efetivamente, já devemos iniciar os nossos trabalhos por aí. E é por isso que eu faço esse requerimento, Sr. Presidente, na expectativa de obter dos demais companheiros e colegas, que saúdo e que vão participar deste trabalho conosco, de tanta importância e de tamanha relevância, que dêem apoio a essa medida, porque ela me parece praticamente quase que uma obrigação da nossa parte.

Era isso, Sr. Presidente.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Temos de agradecer ao Deputado Raul Jungmann. Na verdade, nós hoje fizemos a eleição desta Comissão, mas já está instalada, nós já estamos em funcionamento. Por respeito ao Relator desta Comissão, que não pôde estar presente, nós deveríamos iniciar os trabalhos desta Comissão na terça-feira. Mas acredito que o objeto desta Comissão é acompanhar, investigar e diagnosticar os problemas da população carcerária, do sistema penitenciário no Brasil.

Tendo em vista que o assunto abordado pelo Deputado Raul Jungmann já está inclusive publicado na imprensa, através da Internet e confirmado aqui: cerca de 25 presos morreram entre uma briga de gangues na cadeia de Ponte Nova, Zona da Mata, em Minas Gerais. Um grupo teria conseguido escapar da cela durante a madrugada dessa quinta-feira, teria ateado fogo na cela dos rivais. A informação saiu no portal da Internet agora pela manhã. Com certeza, durante o dia, essa matéria vai repercutir nos principais órgãos de imprensa.

Sabemos que o assunto é excepcional, o requerimento do Deputado Raul Jungmann é regimental. E eu submeto ao Plenário desta Comissão o requerimento proposto pelo Deputado Raul Jungmann, que esta Comissão designe um grupo de Parlamentares, para que possa acompanhar de imediato esse fato ocorrido na cidade de Ponte Nova, no Estado de Minas Gerais.

Em discussão o requerimento do Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente, eu me congratulo também com V.Exa., com a Sra. Vice-Presidenta, o Deputado Bruno, Vice-Presidente também, e me congratulo com o Deputado Jungmann pela presteza com que ele pretende dar solução aos problemas que já são recorrentes em nosso País.

Eu gostaria de, neste momento em que aduzo a minha aceitação ao requerimento formulado, sugerir que os Deputados que venham a participar dessa ação sejam Deputados notadamente ligados ao Estado de Minas Gerais. E penso que a Presidência desta CPI, tendo em conta que o que nós vamos enfrentar aí à frente são questões de muita gravidade e que tocam sensivelmente os aspectos de segurança, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, também de imediato, se



articule com as autoridades de segurança e penitenciárias em todos os Estados da Federação, para que seja dada a devida publicidade e o devido acompanhamento que cada Parlamentar precisará ter para o bom cumprimento da sua missão.

É a ponderação que desejo submeter a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento do Deputado Raul Jungmann. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o requerimento do Deputado Raul Jungmann, para que esta Presidência possa designar um grupo de Parlamentares, para que, de imediato, possa acompanhar as investigações sobre o fato ocorrido na cidade de Ponte Nova, Zona da Mata de Minas Gerais, onde, nessa madrugada de quinta-feira, 25 presos morreram queimados no sistema prisional daquela cidade.

Então, nós vamos, de imediato, criar esse grupo de trabalho. Vamos ainda abrir a palavra para os demais Parlamentares a usarem, enquanto nós vamos conversar com a Diretoria desta Comissão sobre quantas pessoas farão parte desse grupo e quando é que nós vamos nos deslocar para acompanhar. E eu, como Presidente desta Comissão, também quero acompanhar o trabalho desse grupo, para que possamos iniciar os nossos trabalhos, quem sabe abordando um dos temas que, sabemos, é o câncer do sistema penitenciário: a superlotação dos presídios brasileiros.

Então, eu quero conceder a palavra ao Deputado Luiz Couto....

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Sr. Presidente, perdoe-me, é apenas para dar uma justificativa.

Eu tenho uma reunião com a sociedade civil, a respeito do desarmamento — igrejas e ONGs —, e tem uma Comissão onde eu sou Relator. Então, eu pediria, *data venia*, ao Presidente e aos demais para que me liberem para eu me retirar, ao mesmo tempo em que me coloco à disposição para participar daquilo que o Presidente julgue necessário.

Então, peço desculpas e me retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Luiz Couto com a palavra.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela Presidência da Comissão — tenho certeza de que nós faremos um excelente trabalho — e também os demais membros da Mesa, o Relator Domingos Dutra.

É fundamental esta CPI, porque nós verificamos que o sistema penitenciário brasileiro é um sistema apodrecido, corrompido e dominado, inclusive, por organizações criminosas que estão dentro e fora dos presídios. Nesse sentido, nós devemos não apenas olhar a realidade, mas também verificar aquelas experiências positivas, exitosas que existem no País.

Há 1 mês, visitamos uma experiência na Itália, na região de Lazio: um presídio, um sistema de segurança máxima. É lá que estão os terroristas; é lá que está o pessoal da máfia; estão presentes, também, os traficantes internacionais. É um sistema de segurança máxima, mas há um processo de recuperação. Ou seja, além do trabalho... Duas fábricas funcionam dentro daquele sistema, que tem mais ou menos 3,8 mil presos. Não há... Todos os presos estão em alas separadas. Não se mistura traficante com quem é dependente químico. Dependente químico tem um tipo de tratamento, para que ele possa recuperar-se; além disso, estudo, preparação.

Um dado que me chamou a atenção foi que 70% daqueles que saem, depois de cumprir as penas, não retornam mais à atividade criminosa. Ou seja, é possível recuperar? É. Basta que nós tenhamos... E o Governo lança agora o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, onde também há investimentos para construção, inclusive, de presídios, para que os jovens possam ter... Porque nós verificamos que a juventude representa a maior parcela daqueles que estão presos. Há um percentual de 70% de jovens de 18 a 29 anos. Ou seja, é um número muito grande. E nós sabemos que, até os 25 anos, o processo de formação da personalidade... Ainda é possível investir na recuperação para que eles não retornem, uma vez que a maior parte desses jovens é recrutada pelo crime organizado. Eles são aliciados e obrigados a agir, porque é também em cima desses jovens que acontece o maior número de homicídios. Então, é bom tratar dessa questão.



Mas, Sr. Presidente, eu gostaria que nós pudéssemos, também, tratar de uma questão que se tem recrudescido no sistema penitenciário — e também pegando as delegacias de polícia do sistema penitenciário. Ou seja, nós estamos verificando que há um crescimento do número de presos torturados. Só para se ter uma idéia, de 2005 até agora, pelos dados que nós temos, no Acre foram 4 casos de acusados — policiais civis e policiais do GOE; ou seja, eram homens na faixa dos 20 anos. E a família também... Não somente as pessoas, mas também a família foi torturada. Isso é grave. Quer dizer, tortura, mas também tortura a família. No Rio Grande do Sul, foram 11 casos, em 2006; em São Paulo, 4 casos em instituições prisionais, em várias cidades; no Amazonas, 18 casos; no Maranhão, 2 casos; e no Espírito Santo, agora — ou seja, 85 casos de presos que foram torturados. Inclusive há laudos comprovando isso. Infelizmente, quando a presença da Força Nacional esteve lá, também houve a acusação de que alguns membros, juntamente com policiais militares, cumpriram... Então, temos a questão da tortura.

A outra questão é a corrupção no sistema penitenciário, que tem de ser tratada, não é? Essa corrupção é muito grande, por parte das organizações criminosas que estão lá, que conseguem corromper... Inclusive, há agentes penitenciários que, em grande parte, Sr. Presidente, não são agentes penitenciários efetivos. São pessoas requisitadas de Prefeituras, que vêm trabalhar, que não têm nenhuma capacitação, nenhuma preparação, que muitas vezes são colocadas para tomar conta dos presos sem ter qualquer qualificação para isso. E são muito mais fáceis de serem corrompidas.

E, finalmente, há a questão do crime organizado agindo dentro e fora do presídio.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, eu acho que nós teremos um grande trabalho e a certeza de que, no final, haverá um relatório, não apenas mostrando o diagnóstico da realidade, mas também de recomendações, para que nós possamos enfrentar de vez... fazendo com que o sistema penitenciário brasileiro possa ser um sistema que recupere, na sua maioria, aqueles que estão cumprindo pena de privação de liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço as palavras ao Deputado Luiz Couto. Conheço os trabalhos de S.Exa. e o trabalho prestado à Nação brasileira, no combate ao crime organizado e na defesa dos direitos humanos no Brasil. Eu tenho certeza de que S.Exa. vai ser um grande colaborador desta Comissão pela sua experiência e pela vontade de trabalhar em torno desse assunto.

Com a palavra a Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Sr. Presidente, também quero parabenizar a eleição de toda a composição da Comissão.

Quero dizer que para nós é um momento de muita preocupação, quando se instala esta Comissão e somos surpreendidos com uma notícia trazida pelo Presidente da Comissão, Deputado Neucimar Fraga. S.Exa. trouxe a informação, logo no início da manhã, desse episódio, dessa questão gravíssima que aconteceu numa prisão de Ponte Nova, Minas Gerais. E também a informação trazida pelo Sr. Presidente: que a carceragem tinha capacidade para 25 presos e estava com 173 presos. Quer dizer, mostra o absurdo que é você amontoar um quantitativo de gente em um espaço em que não caberia nem metade daquele número de pessoas. Então, é muito sério.

É importante, também, esta Comissão ser instalada logo após o anúncio do PAC da Segurança. Então, acho que é o momento propício, de fato, para que possamos, nesta CPI, fazer uma discussão bastante séria, aprofundada na identificação desses problemas, e contribuir, inclusive, para o PAC da Segurança, contribuir para buscar alternativas que, se não resolvem, pelo menos minimizem esse problema do sistema carcerário em nosso País.

Gostaria de registrar a minha preocupação especial com 2 questões, com as quais tenho um envolvimento muito grande.

Uma delas é a questão da carceragem feminina em nosso País. As nossas mulheres presidiárias passam por situações extremamente sérias. Se os homens encarcerados passam por situações de violação dos direitos humanos, as nossas mulheres presidiárias passam por situações muito mais graves. Então, acho que esta Comissão também vai ter de aprofundar muito essa discussão do sistema carcerário feminino em nosso País.



E um outro aspecto que eu acho muito importante é a preocupação, também, com as famílias dos presidiários. Como é que podemos, nesta CPI, avançar em alguma coisa, na perspectiva de pensar em algumas iniciativas por parte do Poder Público, em relação aos familiares de presidiários também? É uma situação extremamente preocupante, hoje, dentro do sistema carcerário. Como é que, muitas vezes... Acompanhamos, no Rio, alguns presídios: Bangu 1, Bangu 2. Por exemplo, familiares de presidiários, para poderem visitar seus familiares, além da questão da revista íntima, que é um negócio seriíssimo que vamos ter de abordar, passam a madrugada debaixo de chuva, de sol, na poeira, aguardando lá fora, para poderem fazer a visita àquele preso com quem têm alguma relação familiar.

Então, acho que também vamos ter de abordar esse assunto. Eu, pessoalmente, vou querer acompanhar muito de perto a questão dos presídios femininos e o acompanhamento aos familiares dos presidiários também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos as palavras à Deputada Cida. Inclusive, vamos sugerir ao Relator, quem sabe, criar uma sub-relatoria para tratar desse assunto, da situação da população carcerária feminina no Brasil, para que nós possamos fazer também um diagnóstico dos principais problemas encontrados dentro do sistema e as propostas, quem sabe, legislativas, para que nós possamos dar condições de essa população carcerária realmente cumprir sua pena com dignidade, com capacidade de ser novamente ressocializada e inserida normalmente na sociedade.

Então, acredito que nós podemos fazer essa sugestão ao Relator, criando a sub-relatoria para tratar desse tema, que eu acho extremamente importante, tendo em vista os problemas que nós temos enfrentado no sistema penitenciário brasileiro, em relação ao tratamento dos apenados do sexo feminino.

Com a palavra o Deputado William Woo.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente Neucimar Fraga; nosso 1º Vice-Presidente, Bruno Rodrigues, que aqui representa tão bem o nosso PSDB; 2ª Vice-Presidenta, Maria Lúcia Cardoso: primeiramente parabênzo-os e a escolha do nosso grupo. Tenho certeza de que o trabalho que será feito por todos terá pleno êxito. Mas apresento uma posição pessoal sobre CPIs.



Para mim, as CPIs tinham de ser instaladas por fato de grande comoção nacional e fato determinado, para que haja, cada vez mais, o fortalecimento da CPI.

Eu acho que o nosso trabalho no sistema penitenciário é tão amplo, com tantos problemas, que um grupo de estudo... Eu acho que essa é a linha que vamos levar para apresentar soluções ao sistema carcerário, que tem problemas individuais nos 27 Estados e tem também progressos e formas de sucesso nos 27 Estados. Mas queremos colocar aqui, principalmente, várias causas que precisamos legislar — em alguns casos, simplesmente fazer cumprir a lei de execuções criminais.

Primeiramente, temos o papel do agente penitenciário, que está sendo discutido em uma PEC nesta Casa; o problema das escoltas; e também o fortalecimento da videoconferência, já aprovado nesta Casa — só em São Paulo, gastamos 5 milhões de quilômetros fazendo escolta para preso, para ações; a participação do Fundo Nacional Penitenciário — os Estados que recebem param de investir, porque, quando recebem, eles já vêem que o investimento federal é suficiente... não o suficiente, mas já vêem uma ação nessa área e reduzem o seu investimento naquela área. Precisamos muito... O Paulo Rubens fez um trabalho de levantamento, tendo em vista a dificuldade do retorno das informações, que são muito necessárias. O Regime Diferencial Disciplinar, o RDD, os Estados que implantaram e o sucesso do seu êxito. O acesso de celulares na cadeia. Hoje se vê uma grande movimentação. Parlamentares ligados ao setor querendo pegar o dinheiro do FISTEL, Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para colocar bloqueadores de celulares, o que eu acho que é totalmente inviável. O celular não pode entrar na cadeia. Fazer um bloqueador... Hoje, estamos lançando a linha de 3G. Cada dia temos que lançar um sistema diferente para bloquear o sinal. Eu acho que o maior investimento FISTEL — é um grande valor, quase 4 bilhões por ano — poderia ser investido para a construção de novos presídios. Um plano de carreira para os carcereiros, que hoje, por se tratar de um trabalho, de certa forma, até repetitivo... fazer com que eles tenham uma carreira e possam ser um dia os diretores do sistema penitenciário, para que se crie uma vocação e a diferença de custo que existe no País por preso e também a responsabilidade de cada um.

Por exemplo, se você pegar a Penitenciária Federal de Catanduva, o preço de um preso lá é 15 mil por mês. Será que, se ele recebesse 15 mil por mês desde a



nascença, não praticaria um crime? É inviável, na sociedade nossa de hoje... Não vou falar que o sistema é ruim; é exemplar. Mas temos um custo de 15 mil por mês. E o início salarial... Eu não tiro o mérito de quem passou naquele concurso, mas ter um agente penitenciário com o início salarial de 4.500 reais para a realidade do nosso País é difícil, muito difícil. Não estou falando que não é merecedor, mas é muito difícil para a realidade do nosso País. E homens com uma capacidade imensa para exercer só esse papel. Homens que poderiam ser diretores de cadeias no País. Homens que deixaram a carreira de delegado de polícia em Estados em que ganham tão pouco e passaram nesse concurso. Homens que eram agentes policiais com capacidade, que foram em busca de uma vantagem maior... Merecedor. É um concurso superconcorrido. Mas será que é esta a realidade do nosso País: ter agentes ganhando 4.500 reais? Ou capacitá-los para exercer um cargo de comando no País, na direção do sistema penitenciário, porque eu vi a capacidade desses agentes. Então, essa discussão, vamos trazer à tona.

Gostaria de pedir ao nosso Vice-Presidente, Bruno Rodrigues, a gentileza, visto que o Deputado Neucimar está prevendo uma próxima reunião na terça-feira, e terça-feira estarei assinando um acordo entre o Estado de Quan Zhou e o Governo do Estado de São Paulo — o Estado de Quan Zhou é o maior Estado produtivo da China —, em São Paulo, e não poderei estar presente. Mas, visto que farei requerimentos, Presidente Bruno Rodrigues, de informações, eu gostaria que, na minha ausência, alguém pudesse defendê-los, porque os meus requerimentos não vão ser de convocação. Às vezes, é de praxe, a CPI só pede aprovar requerimentos quando o autor está presente. Mas são requerimentos básicos: saber quantos presos têm em cada Estado, o custo de cada preso, homem/hora, homem/funcionário, o custo de alimentação, o sistema de visita, como é feito, se há tipicidade pelo número de presos, tipo de crime vai para um tipo de cadeia, pela idade. Então, são requerimentos de informações. Eu vou pôr um prazo regimental de 10 dias, que o Executivo cumpre, porque, infelizmente, o Presidente Paulo Rubens, que fez um trabalho exemplar na Subcomissão de Segurança Pública para levantar os custos da segurança... Não tivemos êxito nem o apoio dos Parlamentares da Assembléia Legislativa de nos dar o orçamento do custo da segurança dos seus Estados.



Eu espero que a CPI... Por isso é que é importante ter a CPI, que tem essa força de impor a informação. Mas eu acho que todos nós, Parlamentares... Qualquer ofício, nós deveríamos ter esse papel de fiscalização, não somente através da CPI. Que na próxima terça-feira possa deliberar os ofícios, não de convocação, mas de informações, Deputados Bruno Rodrigues; possa ser defendido por algum Parlamentar que esteja presente na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Eu agradeço as palavras do meu caro amigo e colega de partido, William Woo, Deputado dos mais qualificados e conhecedor dessa área com profundidade. E já me coloco, desde agora, Deputado, à disposição para poder defender seus requerimentos. Acho que não teria nenhuma dificuldade em fazê-lo. Na próxima terça-feira, na sua ausência, terei o maior prazer em defendê-los.

Antes de passar a palavra à Deputada Maria Lúcia Cardoso, queria, já de pronto, parabenizar o Presidente Neucimar Fraga, a 2ª Vice-Presidenta, Maria Lúcia Cardoso, o 3º Vice, Luiz Carlos Busato, e o nobre Relator, Domingos Dutra, pela eleição deles; e também agradecer a confiança em mim depositada, na minha eleição para 1º Vice.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Só um aparte, Presidente. Desculpe-me. Eu gostaria de pedir também a possibilidade de, em todas as nossas reuniões, poderem ser mandados convites para as classes representativas deste País.

Eu estou vendo aqui, ao fundo, alguns representantes dos agentes penitenciários deste País, que têm, hoje, a dificuldade de ter legalmente o poder de fazer escolta de presos neste País, o que é muito necessário, porque a polícia tem que estar atuando na rua, no combate a violência, e isso tem que ter um trabalho específico. Então, que a gente pudesse sempre, nas nossas reuniões, ter, através do nosso Secretário Sílvio... todos os Parlamentares apresentarem algumas entidades que gostariam de receber convites para participar da nossa CPI.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Então, dando continuidade, passo a palavra à 2ª Vice-Presidenta, Deputada Maria Lúcia Cardoso.



A SRA. DEPUTADA MARIA LÚCIA CARDOSO - Quero, neste momento, também cumprimentar o nosso Presidente Neucimar Fraga; cumprimentar o Presidente em exercício, 1º Vice, Deputado Bruno; o Deputado Busato, que não se encontra presente, mas é o nosso 3º Vice nesta Mesa; cumprimentar os senhores Deputados que fazem parte desta Comissão e agradecer-lhes também pelo voto, pela confiança na Mesa. Apesar de fazer parte, como Vice, de compor esta Mesa, eu acredito que a composição e a força do trabalho vai depender muito de cada um de nós aqui, nesta Comissão. E o desempenho desta CPI... Ela será verificada ao longo do tempo, com o desempenho de cada um de nós; e a contribuição de todos os Deputados que estão presentes nesta Comissão será muito importante.

Nós temos aí um sistema penitenciário brasileiro, que a gente sabe que é falido. Já ouvimos isso por parte dos nossos Deputados que tiveram a palavra. Evidentemente que nós não estamos aqui para fazer, absolutamente, críticas a nada. Isso não deve ser entendido como crítica, mas realmente é um sistema penitenciário falido.

Eu sei que, no meu Estado, nós temos uma única penitenciária agrícola, que é a Penitenciária de Neves. Eu, como estudante de Direito, comecei a fazer minha monografia nessa área e comecei a visitar todas as prisões em Minas Gerais. E confesso que, se estou aqui, não é por acaso. Estou aqui porque realmente quero dar uma contribuição, seja aquela que eu conheço, parte daquela que eu já vivi no passado e parte que nós viveremos daqui para frente.

Nós temos aí várias colocações, que é a questão do custo do preso. Isso é muito importante. Quanto custa o preso para cada Estado? Quanto custa o preso para o povo brasileiro? Será que vale a pena o Governo realmente cuidar de penitenciárias, ou devemos privatizá-las? Ou devemos seguir o exemplo dos Estados Unidos, que hoje privatizam as suas penitenciárias e deixam isso a encargo de terceiros, com uma posição apenas de fiscalização?

Portanto, eu, que participei desse trabalho de algum tempo, visitei uma penitenciária, que hoje não é mais... Hoje é um ponto turístico, que é a Alcatraz, na Califórnia. Muitos devem conhecer. Eu acredito que uma das propostas que eu, ao longo do tempo, vou amadurecer, vou estudar, e quero também colocar nesta Comissão, talvez seja a construção de penitenciárias em ilhas, para aqueles



condenados de alta periculosidade. Que eles sejam... que sejam realmente construídas penitenciárias em ilhas, para que o preso realmente não fuja. Mais: a superlotação, que hoje é um problema muito sério em Minas Gerais. Nós temos hoje uma nova penitenciária também, que foi construída recentemente, e várias outras que estão sendo construídas, que ainda não atendem à demanda. Só em Minas Gerais, na Grande Belo Horizonte, para os senhores terem uma idéia, nós temos hoje 20 mil condenados soltos, vivendo entre os cidadãos comuns — e condenados a crimes bárbaros, muitas vezes. Isso porque, nas penitenciárias, nós não temos realmente espaço para isso.

A questão humana deve ser verificada. Nós temos de cuidar disso. Nós temos que, realmente, buscar conhecimento, e buscar visitar este Brasil, e buscar os exemplos que deram certo nessas questões, porque sabemos apenas que isso será uma contribuição para a Justiça, para o povo brasileiro, no momento em que esse mal já... Na realidade, ele deve ser cortado lá na raiz.

Assistência à família, assistência à mãe, assistência à criança, ao adolescente, encaminhamento para o primeiro trabalho. Evidentemente que isso tudo é um conjunto... que a gente, no final, deve dar a nossa contribuição para que o Relator possa propor isso e tenha força. Que esta CPI realmente tenha uma força — não o que a gente ouve por aí, da CPI da pizza. Porque esta CPI é, a meu ver, muito importante e poderá dar uma grande contribuição à sociedade brasileira, no momento em que nós vivemos e podemos... e temos essa oportunidade de fazer esse trabalho.

É o que eu queria colocar. Eu me coloco à disposição. Já estou indo nessa comissão para Minas Gerais, meu Estado, para verificar a questão de Ponte Nova, para a gente já contribuir aí e trazer esclarecimentos para esta Comissão, para que a gente discuta daqui para a frente e comece esse trabalho. Que seja um trabalho breve e que possa realmente valer como uma CPI que trará um plano, uma proposta que será entregue ao Governo, que será entregue às instituições, aos órgãos que devem contribuir nesse trabalho de colaboração, não só de recuperação do presidiário ou da presidiária, mas, principalmente, na recuperação do ser humano. A meu ver, o que é mais importante neste momento é termos uma sociedade físico e mentalmente sadia. É o meu desejo, e acho que é o desejo de todos nós.



Muito obrigada. Eu estou aqui apenas para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bruno Rodrigues) - Agradeço as palavras da nobre Deputada Maria Lúcia Cardoso.

Dando continuidade, convido a fazer uso da palavra o nobre Deputado Dr. Talmir.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Bom-dia a todos. Eu gostaria de parabenizar a instalação desta CPI e o nosso Presidente Bruno Rodrigues, exercendo agora o lugar do Neucimar Fraga. Eu gostaria de estender, então, a congratulação a todos aqui presentes, porque uma CPI carcerária, como esta, hoje, com muitos assentos aqui vazios, eu considero das mais importantes aqui na Câmara dos Deputados. No entanto, a participação, hoje, neste primeiro dia de trabalho, eu acho que está sendo muito aquém, considerando a importância...

Eu sou de uma região da maior concentração de presídios do mundo, que é no oeste paulista. Lá nós temos mais de 18 mil sentenciados. Nós, por exemplo, sabemos que muitos daqueles presos do Carandiru, quando houve a implosão do prédio, foram enviados para nossa região.

A minha preocupação, sendo também da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, é ver realmente a questão da recuperação — sim ou não — dos sentenciados. Inclusive, eu já coloquei meu nome à disposição para uma sub-relatoria, caso haja, no sentido de avaliar a superlotação dos presídios e também a questão da recuperação dos sentenciados, porque muitos dizem que, no máximo, 1% se recupera.

Gostaria de dizer que, na nossa região, nós temos um presídio de segurança máxima, que é o de Presidente Bernardes. Muitos dos senhores já devem ter ouvido e visto na mídia nacional, em relação aos que lá estão. Uma das preocupações minhas — eu acredito que seja da maioria dos senhores também — é em relação, quando se instala um presídio, à compensação social para a população que ali mora, porque, muitas vezes, existe a promessa de que haverá ainda mais segurança para a população ao redor do presídio, com promessas de viaturas, de efetivo no local. E, pelo que nós temos visto, não é verdade. Então, é necessário que se apure nesse sentido.



Também acho importante apurar ONGs que, no sentido de terceirização, estão cuidando de presídios. O que realmente estão fazendo, o levantamento de custo, como é que está em relação a toda essa parte.

Na minha região, eu já comuniquei ao Presidente da OAB, o Dr. Francisco Galindo, que se prontificou em vir aqui prestar algum depoimento, caso seja necessário, bem como o Promotor de Justiça, Mário Coimbra, que é especializado nessa área.

Terminando, então, eu gostaria que esta CPI realmente trabalhasse no sentido de que as pessoas que aqui são os seus membros titulares se façam presentes, porque o problema é seriíssimo. Nós não podemos deixar que ocorra mais algum acidente drástico, como foi relatado hoje pelo Deputado Raul Jungmann, que, inclusive, previamente, já foi... Aliás, nesta audiência de hoje, nesta nossa reunião, já foi aprovada uma comissão para Minas Gerais, da qual, então, a Deputada Maria Lúcia Cardoso, 2ª Vice-Presidenta, já constou que vai participar. Então, eu penso que a gente deve trabalhar arduamente, porque o que ocorre no Brasil, hoje, é uma vergonha para nós. O que ocorreu no ano passado, em São Paulo, talvez comandado... Isso aí... Nós vamos, talvez, até apurar nesta Comissão a questão de orientação, via presídio, por celulares etc. de facções criminosas, que acabaram provocando o caos na nossa cidade de São Paulo.

Então, eu penso que o nosso trabalho é árduo. O nosso Relator, Domingos Dutra, hoje não está. Eu sinto realmente. É importante que ele estivesse. No entanto, vamos todos passar para ele. De um maneira ideal, seja feito, então, o relatório, visando não só à solução, mas também à sugestão de prevenção, para que as pessoas não caiam no mundo da violência e depois fiquem sentenciadas.

A Deputada Cida Diogo comentou aqui sobre o PAC da Segurança — comentou muito bem —, a questão das mulheres, o sistema carcerário feminino. Realmente é dramático.

Então, o trabalho está aí à frente. Parabéns a todos os nossos companheiros de luta nesta CPI do sistema carcerário.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero agradecer as palavras do Deputado Talmir.



Nós queremos dizer aos Srs. Parlamentares que ainda se encontram em plenário que novamente o Relator da Comissão está em missão na cidade dele, no Estado do Maranhão.

Fizemos a eleição desta Comissão nesta manhã. Eleitos: Presidente, Deputado Neucimar Fraga; 1º Vice-Presidente, Deputado Bruno Rodrigues; 2ª Vice-Presidenta, Deputada Maria Lúcia Cardoso; 3º Vice-Presidente, Deputado Luiz Carlos Busato; Relator, Deputado Domingos Dutra.

Aprovamos também, nesta sessão, requerimento sobre a formação de um grupo para acompanhar um fato ocorrido na cidade de Ponta Nova, na região da Zona da Mata, em Minas Gerais, onde, nesta madrugada, em uma rebelião dentro do sistema prisional — segundo informações, um local com capacidade para 25 presos tinha 173 presos —, numa briga, numa rebelião, 25 presos foram mortos, queimados ali naquela região.

Como é um fato excepcional, esta Comissão acatou um requerimento oral apresentado, e foi aprovado. Então, nós vamos discutir com a Secretaria da Comissão, após o término desta reunião, a nossa ida a essa localidade. Vamos definir o dia e o horário de saída, para que nós possamos acompanhar. Quero dizer que o objetivo desta Comissão é justamente fazer um diagnóstico completo sobre a situação carcerária no Brasil. Nós queremos conhecer os problemas enfrentados no nosso sistema prisional. Temos aqui um problema, já abordado pela Deputada Cida Diogo, que é a questão das apenadas do sexo feminino. Nós temos uma série de problemas relacionados ao cumprimento de pena. Temos o problema das facções criminosas que atuam nos presídios brasileiros, que nós também queremos investigar. Nós queremos investigar a corrupção dentro do sistema prisional brasileiro, que também tem sido o combustível e o fomento da violência dentro do presídio. Nós queremos identificar também a totalidade da população carcerária do Brasil, qual é a real população carcerária do Brasil. Queremos saber quantos apenados já cumpriram suas penas e ainda estão detidos no sistema prisional brasileiro. É uma forma, também, de nós colaborarmos. Nós queremos também investigar e acompanhar os problemas enfrentados pelos juizes de execuções penais dentro do sistema prisional. Vamos conversar também, quem sabe em audiência pública, com os movimentos, entidades, igrejas que fazem o trabalho de



acompanhamento dos apenados no Brasil, para conhecer os problemas relatados por eles — ou seja, nós temos aí um desafio muito grande: entrada de armas nos presídios; entrada de drogas nos presídios; todos os problemas que hoje são discutidos; as torturas, que constantemente vêm à tona, através da imprensa, acusações de tortura dentro do sistema prisional e a quantidade de mortes.

Esse fato ocorrido hoje não é um fato isolado. Nós temos constantemente a divulgação de presos que são degolados dentro dos presídios, são enforcados dentro dos presídios. Então, toda essa realidade... Nós queremos fazer um diagnóstico completo sobre a situação do Brasil.

E, no final dos trabalhos desta Comissão, vamos estar, com certeza, preparados para propor uma legislação e alternativas, para que possamos fazer do nosso sistema penitenciário um sistema capaz de cumprir os preceitos constitucionais, de dar ao condenado o direito de cumprir a sua pena e de permitir que o condenado também tenha oportunidade de ser novamente reintegrado à sociedade, através dos trabalhos socioeducativos realizados dentro dos presídios.

Com certeza, vamos conhecer também experiências exitosas de presídios brasileiros, que poderão servir de modelo nacional. E vamos, também, nos deparar com sistemas precários, instalações precárias do sistema prisional brasileiro. E vamos discutir também com os agentes penitenciários, vamos discutir também... Nós temos uma PEC em discussão, sobre a formação da polícia penitenciária.

Eu acredito que esta CPI vai ser um fórum legítimo para discutirmos todos esses problemas. E, com certeza, os Parlamentares que fazem parte desta Comissão... Nós conhecemos boa parte desses Parlamentares. São Parlamentares que chegam aqui para colaborar. Aqui, com certeza, não vamos ter aquelas rivalidades eternas dentro das Comissões Parlamentares de Inquérito, entre Governo e Oposição. Aqui, temos um grupo de Parlamentares que querem convergir para somar, na solução dos problemas enfrentados dentro do sistema penitenciário brasileiro.

Nós não podemos permitir que fatos como o de hoje continuem se repetindo no Brasil. Não podemos permitir que aqueles que estão condenados, que deveriam estar cumprindo pena e afastados da sociedade, também continuem a comandar o crime no Brasil, assaltos, seqüestros, mortes, tráfico de drogas e tráfico de armas. O



que tem causado tudo isso é o que nós vamos descobrir durante os trabalhos desta Comissão. É por isso que nós estamos já propondo ao Relator a criação de algumas subcomissões, para que cada Sub-Relator possa se aprofundar nas investigações e nos fatos de cada área do sistema prisional brasileiro.

Dessa forma, vamos colaborar significativamente para uma legislação atualizada, que permita às instituições responsáveis pelo apenamento dos acusados e julgados realmente cumprirem o seu papel constitucional. É com esse intuito que esta CPI foi criada, e é dessa forma que, tenho certeza, o Presidente, o Relator, as Vice-Presidências e os demais Parlamentares pautarão a sua conduta dentro desta Comissão.

Esperamos que Deus esteja conosco nessa missão, porque nós temos um árduo trabalho pela frente. Se nós conseguirmos, no prazo determinado pelo Regimento Interno, apurar, investigar e diagnosticar todos esses fatos, estaremos dando uma grande colaboração para melhorar substancialmente o sistema prisional brasileiro, tornando-o mais humano, mais justo, mais solidário e, com certeza, capaz de dar resultados objetivos para a população brasileira, que está do lado de fora, mas que ainda sofre com os que estão lá dentro, e para a população carcerária. Muitos deles estão sofrendo realmente com a falta de políticas penitenciárias, capazes de promover esse processo de ressocialização dentro dos presídios brasileiros.

Com essas palavras, nós queremos agradecer a presença de todos. Queremos convocar reunião desta Comissão para terça-feira, às 15h — reunião ordinária; e convocar uma reunião de trabalho para terça-feira, às 14h... Já tem o plenário? *(Pausa.)* Nós vamos comunicar aos gabinetes dos Parlamentares o local dessas 2 reuniões.

Então, terça-feira, às 14h, reunião de trabalho para definirmos a pauta de ação; às 15h, reunião ordinária. Inclusive, a Secretaria já está recebendo requerimentos que deverão ser votados na próxima terça-feira. E vamos definir agora, após o encerramento desta reunião, a formação do grupo que vai se deslocar até a cidade de Ponte Nova para acompanhar esse fato ocorrido nesta madrugada. Realmente é um fato que merece atenção especial desta Comissão.

Deus abençoe a todos. Está encerrado este trabalho. Muito obrigado a todos.